

PROPOSTA DE PRÉ-PAUTA DE REIVINDICAÇÕES APROVADA NO CONSELHO GERAL:

SALÁRIO E REMUNERAÇÃO:

1. Cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério como Básico da Carreira e pagamento estendido aos funcionários de escola e aos aposentados sem paridade;
2. Reposição Emergencial, relativo à inflação do último período, principalmente para os funcionários de escola;
3. Vale-refeição: correção dos valores e fim do estorno;
4. Investimento dos 35% na Educação, previstos na Constituição Estadual;
5. Transparência na aplicação dos recursos do FUNDEB;
6. Reajuste da Gratificação de Direção para Diretores e Vices, inclusive aposentados, acompanhando os da categoria;
7. Revisão do vale-transporte: torná-lo proporcional ao regime de trabalho e extensivo a todos os trabalhadores em educação;
8. Retomar o cumprimento da data base da categoria;
9. Fim do desconto previdenciário dos aposentados e com devolução corrigida dos valores.

CARREIRA:

1. Imediata atualização das avaliações dos professores e funcionários, a continuidade das promoções e a retomada do GT;
2. Realização sistemática de concursos, prevendo a criação de banco de concursados;
3. Liberação de professores e funcionários para realização de cursos de qualificação;
4. Não às terceirizações de professores e funcionários.

PREVIDÊNCIA E SAÚDE DO TRABALHADOR:

1. Manutenção do IPE Saúde Público e de Qualidade e Ampliação dos Serviços (Ex: odontológico, psicológico, fisioterapêutico, dentre outros) e a imediata retomada do atendimento do IPE Saúde onde houve suspensão;
2. Garantia de paridade e integralidade salarial entre ativos e inativos;
3. Transparência e prestação de contas dos recursos do IPE, respeitando as decisões do Conselho Deliberativo do Instituto.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEGURANÇA:

1. Concurso para Funcionários e Professores de Escola e imediata nomeação;
2. Exigir do governo políticas de segurança para todas as escolas;
3. Exigir, por parte do Governo, políticas que cuidem da Saúde do Trabalhador, que atendam também a demanda da saúde mental, que se tornou ainda mais urgente no pós-pandemia;
4. Garantir as necessidades estruturais específicas às escolas de campo;
5. Melhorar permanentemente as estruturas físicas das escolas;
6. Contra a municipalização, privatização e a terceirização da Educação;
7. Pagamento da insalubridade dos funcionários contratados e fora do quadro de funcionários.

PEDAGÓGICO:

1. Fortalecer a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas, garantindo a Gestão Democrática;
2. Reestruturação dos espaços físicos das Escolas;
3. Construir com a comunidade escolar a implantação do Ensino Médio Integral;
4. Revogação do Novo Ensino Médio;
5. Criação de espaços de discussão a respeito da avaliação;
6. Promoção de discussões acerca dos processos de inclusão;
7. Participar, juntamente com as comunidades das escolas do campo das discussões e construções de soluções de alternativas para o uso de transporte escolar para professores e funcionários de escolas em municípios onde não há outra forma de acesso, essa situação leva ao fechamento de turmas e acarreta na perda de carga horária dos professores;
8. Exigir que seja cumprida a legislação específica sobre Inclusão Escolar;
9. Garantir o funcionamento dos espaços pedagógicos nas escolas (bibliotecas, laboratórios, etc...);
10. Garantir e manutenção da oferta de EJAs e NEEJAs;
11. Campanhas de informação, comunicação e educativas sobre a luta contra o feminicídio e a violência contra a mulher.

Porto Alegre, 16 de dezembro de 2022.

Conselho Geral CPERS/Sindicato.